

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 6: Controles democráticos e instituições políticas;

Trabalho:

**Instituições políticas e participação política na cidade de Porto Alegre: um estudo longitudinal de
1968-2005**

Marcello Baquero Jacome

Simone Piletti Viscarra

Caxambu, Outubro de 2008.

Instituições políticas e participação política na cidade de Porto Alegre: um estudo longitudinal de 1968-2005

César Marcello Baquero Jacome¹

Simone Piletti Viscarra²

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo examinar os padrões de participação política na cidade brasileira de Porto Alegre/RS a partir de uma perspectiva longitudinal, utilizando bancos de dados que datam de 1968 a 2005. Busca-se relacionar esses padrões ao contexto político institucional, incorporando a perspectiva da cultura política, sem desconsiderar a importância da dimensão institucional como elemento complementar da promoção do controle democrático político, por meio de um envolvimento mais participativo dos cidadãos na arena política. Nessa perspectiva, não se postula uma relação de causa e efeito entre instituições, cultura e controle democrático, mas sim, se sugere uma relação de retroalimentação entre as partes, dependendo do contexto examinado.

Palavras chaves: Cultura Política, Participação Política, Democracia.

Introdução:

Nos últimos anos tem-se constatado um debate, por vezes acirrado, entre a perspectiva institucionalista e a abordagem culturalista, a respeito do seu impacto no processo de construção da democracia no Brasil. De maneira geral, tal divergência emana de esforços dessas duas teorias em propor explicações para o aparente paradoxo da democracia brasileira, sendo ele a existência de um regime democrático formal estável, concomitantemente com predisposições atitudinais e comportamento político da maioria dos cidadãos que vão de encontro às expectativas da democracia formal, ou seja, de valorização dos princípios e procedimentos democráticos.

Neste trabalho partimos do pressuposto de que tanto as instituições quanto a dimensão atitudinal e de comportamento político são essenciais para o fortalecimento democrático numa perspectiva mais ampla. Nesse sentido, a causalidade depende do contexto e do estágio de desenvolvimento democrático. Por exemplo, após a ditadura militar tornou-se imprescindível construir uma moldura institucional e jurídica que desse sustentação ao processo de construção democrática. A engenharia

¹ Pós-Doutor em Ciência Política-IDS/ University of Sussex Prof. do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-UFRGS Contato: baquero@cresce.net

² Mestranda pelo curso de Ciência Política da UFRGS. Contato: simoneviscarra@gmail.com

institucional, nessa situação, era indispensável. Foram essas molduras formais que ajudaram a promover a solidez democrática na sua dimensão procedimentalista ou poliárquica (DAHL, 1971). Isto significa afirmar que o sistema político brasileiro condiz com as oito premissas estabelecidas pelo autor para ser considerado democrático. Entre elas: eleições regulares, abertas e competitivas, onde os líderes são escolhidos por meio de mecanismos eleitorais claros, governando através de instituições por tempo determinado, direito à organização por parte da sociedade, e a permissão de contestação política. No entanto, a despeito da institucionalização poliárquica, atualmente o país não parece contar com uma base normativa de apoio à democracia, gerando o paradoxo aludido anteriormente. Acreditamos que, nessas circunstâncias, é fundamental avaliar se os cidadãos estão se distanciando e deixando de participar da política. Tal iniciativa pode auxiliar a identificar os mecanismos que estimulem os cidadãos a um engajamento político mais ativo e conseqüente, proporcionando as bases que dêem congruência a instituições e valores subjetivos no fortalecimento dos princípios democráticos.

Pensamos, portanto, que não se trata de confrontar instituições com valores culturais, pois acreditamos que nenhum sistema político poderia funcionar sem instituições eficientes e eficazes. Entretanto, acrescentamos a essa formulação a idéia de que uma base normativa de apoio democrático também é essencial. Não que uma dimensão substitua a outra, mas no contexto atual de estabilidade institucional é necessário pensar em dispositivos de legitimidade societal. É nesse ponto que acreditamos que a dimensão institucional pode ser complementar à dimensão da cultura política. Isto porque instituições são definidas em relação a: (1) forma; (2) conteúdo e (3) expectativas (CHANG, 2007).

É o ultimo ponto que nos interessa examinar, ou seja, toda e qualquer instituição gera expectativas nos seus usuários. Por exemplo, os partidos políticos produzem expectativa nos cidadãos de um sistema político. O fato de uma instituição ser eficiente num determinado contexto não garante que esse êxito se naturalize automaticamente em outro cenário determinado, daí por que a compreensão das expectativas é importante. Se uma instituição não cumpre aquilo que promete, gera frustração nos cidadãos, comprometendo sua credibilidade e, em alguns casos, sua legitimidade. Com essas observações como pano de fundo, é a proposta desse trabalho examinar como algumas instituições de natureza política impactam nas expectativas dos cidadãos em Porto Alegre /RS, e quais são os sistemas de crença que se produzem nessas circunstâncias, além de seu impacto no desenvolvimento e na qualidade democrática.

O sistema democrático no qual o Brasil está inserido teve seu ponto alto nas décadas de 1960-70 (ESTLUND, 2002) quando eclodiram em diversas partes do mundo movimentos populares contra guerras e por direitos civis, na sua maioria baseados nos princípios democráticos de participação, que desejavam a democracia como forma de governo (SANTOS E AVRITZER). Na América Latina, os movimentos por um maior direito à participação ocorreram na década de 1980, período em que países da região começaram a sair da ditadura militar. Assim a concepção de democracia social diz respeito a processos que nascem desde a base da sociedade civil, ou como Sartori (1987) conceitualiza “sociedade multi-grupal”, ou seja, aquela estruturada em grupos que se auto governam.

Dentro da perspectiva apresentada, é imprescindível considerar a cultura política na qual a sociedade está inserida. A este respeito, autores como Inglehart (1988), Robert Putnam (1996) e Almond e Verba (1963) argumentam que a difusão de determinados padrões culturais numa sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos. Assim, a utilização desse conceito busca elucidar a relação entre atitudes, comportamentos e sistemas políticos, fornecendo instrumentos necessários para a compreensão do comportamento político dos cidadãos. Dessa maneira, o termo é utilizado por se referir às orientações políticas específicas dos sujeitos, ou atitudes em relação ao sistema político e suas predisposições em relação ao papel de si mesmos no sistema. Na mesma linha de análise, Sidney Verba (1972) conceitua a cultura política como um sistema de crenças empíricas, de símbolos expressivos e de valores, que definem a situação na qual a ação política se dá.

Essa temática teórica analítica possibilita, por meio de pesquisas de percepção, identificar a conduta política de um país ou de um contexto estudado. No nosso caso, o objetivo é de estudar como se estruturam as atitudes e contexto político dos cidadãos na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil. Para alcançar o objetivo proposto, do ponto de vista metodológico, utilizamos os bancos de dados do acervo do Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL/UFRGS) no período de 1968 até 2005³. A cidade em estudo possui um território de 282.062 km² e uma população de 1.420.667 habitantes (IBGE, 2007). Seu estado faz fronteira com o estado de Santa Catarina/Brasil, e dois países: Uruguai e Argentina. No que diz respeito às suas fronteiras, essas demoraram a ser definidas (apenas no início do século XIX), e até então eram palco de disputas entre portugueses e

³ Essas pesquisas são probabilísticas e representativas da população de Porto Alegre. O número total de casos varia, em função dos recursos disponibilizados na época em que os estudos foram disponibilizados. Amostras: Porto Alegre 1968, n= 225; 1974, n= 367; 1984, n= 488; 1994, n= 609; 1995, n=1044; 1996, n=300;

espanhóis, exigindo permanente reforço militar na área. Eventos que, em grande medida, explicam uma das principais características dos gaúchos, de enaltecer sua imagem e o regionalismo. Sua formação populacional é marcada pela forte presença de imigrantes europeus (principalmente açorianos, alemães e italianos), índios e escravos africanos. De acordo com Baquero e Prá (2006), os colonos europeus tiveram um papel importante na dinamização da economia do norte do Estado e, em especial, para a criação de uma sociedade bem distinta daquela estabelecida no sul pelos pecuaristas.

O período de tempo no qual a coleta dos dados desse trabalho foi realizada inicia na década de 1960, quando o Brasil passava pelo período da ditadura militar, passando pela reabertura política dos anos 1990 até a chegada à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. A década de 1960/70 foi de grande importância para a democracia, pois é nesses anos que formas de participação e reivindicação distintas começam a surgir, por meio de movimentos populares, na sua maioria protestos anti-guerras e por direitos civis. Na América Latina, essa onda de mobilizações nos anos 1960/70 buscava a reabertura política dos países da região, (SANTOS E AVRITZER). Particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, a tradicional alternância partidária começa a dar espaço para um sistema pluripartidário. De maneira geral, o legado material desse período privilegia a dimensão personalista e particularista na política, o que provavelmente influi nas relações sociais estabelecidas nessa região e na sua cultura política.

Qualidade de vida, cultura política e participação política :

Existe um consenso de que, apesar dos inegáveis avanços da dimensão formal da democracia, esta não parece estar encontrando respaldo na esfera social, como é argumentado por Baquero (2006) (Relatório de Pesquisa, 2006), de que o balanço positivo da democracia na América Latina é incompleto, se forem levados em consideração os aspectos substantivos de desenvolvimento humano. Segundo o autor, estabelece-se uma dicotomia entre democracia representativa e democracia social, que leva à ênfase e à valorização tão somente dos aspectos procedimentais da democracia, deixando em segundo plano, a exemplo do liberalismo clássico, a dimensão social. Para examinar as percepções dos cidadãos sobre a democracia é importante, primeiramente, observar como a população de uma localidade percebe os serviços públicos providos pelo Estado e suas instituições (municipal, estadual e federal). Assim, os primeiros dados apresentados dizem respeito à percepção dos cidadãos sobre a qualidade dos serviços que lhes estão sendo oferecidos.

1998; n=248, 2000, n= 533; 2003, n= 637; 2005, n=510.

Quatro fatores têm sido destacados na geração de qualidade de vida: políticos, econômicos, institucionais e de desenvolvimento humano. Demo (1995) afirma que a qualidade de vida deve ser examinada de um ponto de vista que leve em consideração questões culturais, artísticas e lúdicas. Já do ponto de vista da dimensão material, Minayo (2000) argumenta que qualidade do serviço envolve condições materiais primárias e a formação social. Segundo Baquero (Baquero, 2006), a análise do bem-estar, orientada para promover a qualidade de vida da coletividade, reflete uma avaliação de ordem moral, que remete à valorização que governos, sociedades e outras instituições da sociedade devem conferir ao bem-estar dos seus membros e não membros. A percepção de como os indivíduos se sentem na sociedade em que vivem possui importância para o desenvolvimento de um país. A este respeito Olga Mattos (1998) argumenta que: *“Quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e de igual acesso a bens materiais e culturais.”* Nessa mesma linha de análise, tal afirmação encontra respaldo nas palavras de Minayo, Hartz e Buss, para quem:

O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. (Minayo, Hartz e Buss, 2000)

Assim, para compreender com maior precisão como os porto-alegrenses avaliam a qualidade de seus serviços públicos foi realizada uma bateria de questões a esse respeito. A tabela abaixo apresenta os dados:

Tabela 1- Percepção da qualidade dos serviços públicos de (%):

		1985	1995	1996	2000	2001	2005
Saúde ⁴	Bom/ótimo	46,3	31,9	-	-	6,4	13
	Péssimo/ Ruim	9,9	17,3	-	-	42,9	51,5
Habitação ⁵	Bom/ótimo	-	7,1	5,4	5	-	-
	Péssimo/ Ruim	-	31,5	37,4	38,1	-	-
Abastecimento de água ⁶	Bom/ótimo	68,4	59,2	73,1	-	70,3	25,1
	Péssimo/ Ruim	16,6	15,9	9,7	-	7,3	26,1
Trânsito ⁷	Bom/ótimo	-	-	4,1	5,1	17,4	-

4 Saúde: n 1985 = 217, n 1998 = 1044, n 2001 = 329, n 2005 = 509.

5 Habitação: n 1995 1044, n 1996= 294, n 2000 = 524.

6 Abastecimento de água: n 1985 =487, n 1995= 1037, n 1996 = 298, n 2001 = 327, n 2005 = 500.

7 Trânsito: n 1996 = 295, n 2000 = 513, n 2001 = 327.

	Péssimo/ Ruim	-	-	31,5	36,6	30,8	-
Coleta de lixo ⁸	Bom/ótimo*	64,7	82,5	82,1	-	83,3	-
	Péssimo/ Ruim*	11	16	16,6	-	14,8	-

*no ano de 1986 6.6% dos respondentes não tinham abastecimento de água.

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1968-2005.

A tabela 1 permite observar que a respeito dos serviços de saúde, habitação e água/esgoto, as pessoas, ao longo dos anos, estão cada vez mais insatisfeitas, principalmente em relação à habitação, que no ano de 2000 atinge apenas 5% de satisfação. No caso do serviço de abastecimento de água, deve-se levar em consideração as secas que têm assolado o estado nos últimos anos. Porém, esse fator não diminui a responsabilidade dos governos sobre a queda da qualidade do serviço. Nos quesitos trânsito e coleta de lixo observou-se uma tendência contrária, ou seja, com o passar dos anos a avaliação positiva em relação a esses serviços aumentou. Entretanto, é necessário considerar que parte dessa avaliação positiva decorre, principalmente, do bom serviço de transporte coletivo oferecido na capital. Quanto ao serviço de coleta de lixo, é de se esperar que as pessoas o avaliem positivamente, uma vez que este serviço é bastante recente (criado em 1975). Dessa maneira, os indicadores de qualidade de vida (tabela 1) sugerem que, de maneira geral, há uma insatisfação com os serviços considerados essenciais. Em consequência desta falta de atenção dispensada às questões de cunho social, houve um agravamento da pobreza, da desigualdade e da exclusão, que levou as pessoas a se afastarem da política e do Estado, criando uma dicotomia e um atrito entre Estado e sociedade. O'Donnell (1994) define como “democracias delegativas”, que se materializa num comportamento político dos cidadãos que deliberadamente abrem mão de participar na arena política produzindo aquilo que contrapondo-as ao conceito de “democracia representativa”: em uma democracia representativa, os políticos são eleitos e representam os eleitores, ao passo que em uma democracia delegativa, o poder simplesmente é delegado aos políticos, que no exercício de suas funções, cuidam de fazer valer suas vontades pessoais, em detrimento do conjunto da população. Baquero (2006) enfatiza que se cria uma situação de democracia inercial, na qual não se desenvolvem mecanismos para inclusão social, mantendo e agravando a desigualdade. A questão que surge desta análise é: será que os porto-alegrenses também se mostram insatisfeitos com as instituições democráticas? Este é o ponto que passamos a discutir.

8 Coleta de lixo: n 1985= 482, n 1995 = 1044, n 1996= 296, n 2001= 324

Nesse sentido, um fator importante para a análise do fortalecimento democrático de uma localidade diz respeito à sofisticação política dos seus habitantes, tornando-se relevante a questão do envolvimento dos sujeitos na política. Tal análise permite aferir o domínio dos cidadãos sobre as questões relativas ao funcionamento das instituições e das medidas tomadas pelos governos. A sofisticação política é constituída do somatório de quatro variáveis, que são: interesse por política, envolvimento no processo eleitoral, exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e grau de informação acerca dos candidatos ao governo (Borba, 2005). Dessa maneira, analisamos em seguida como estão os percentuais de sofisticação política da cidade de Porto Alegre. A primeira variável analisada se refere ao interesse por política. Os resultados estão na tabela 2:

Tabela 2- Interesse por política (%):

	1985	1994	1995	1996	1998	2000	2003	2005
Muito	13	17,9	11,6	13	15	21,5	22,8	31,6
Um pouco	47,9	44,8	42	54	41	37,3	35,1	37,5
Não se interessa	39,1	37,3	46,4	33	44	41,2	42	30,8
n	486	609	1044	300	246	531	635	506

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

A tabela permite visualizar que com o passar dos anos o número de respondentes que afirmou se interessar por política aumentou significativamente, chegando a 31,6% em 2005. Correspondente a esse fato, o percentual de entrevistados que apresentam pouco ou nenhum interesse, de forma geral, diminuiu. Esses dados caracterizam a importância da variável interesse por política. Assim os próximos resultados apresentados serão fruto do cruzamento desta variável e das variáveis: gênero e percepção de classe (variáveis demográficas).

Realizando uma análise mais aprofundada sobre as predisposições democráticas desses sujeitos, um indicador importante refere-se ao senso de eficácia política, ou seja, sua predisposição frente às ferramentas utilizadas para a promoção de melhorias em suas vidas, e da população como um todo. Nestes termos, o senso de eficácia política refere-se às aspirações e motivações que os entrevistados possuem para se inserir na arena política, participando, sentindo-se responsáveis e potencialmente capazes de construir um futuro melhor, saindo da pobreza e chegando a um padrão de vida eticamente aceitável, acreditando que de fato podem incidir e mudar a realidade em que vivem (BAQUERO, 2006).

Para este trabalho, a relação entre cidadãos e instituições políticas é considerada essencial. Uma vez que as instituições, no seu topo, são regulamentadas por indivíduos escolhidos pelo voto popular. Todo político eleito, para sê-lo, deve pertencer a um partido político, assim a análise desse elemento e

fundamental para análise de um modelo democrático. Com base no objetivo proposto, o próximo ponto examinado refere-se a como a população percebe algumas das dimensões formais da democracia, nesse caso, o voto. A tabela 3 apresenta os resultados.

Tabela 3- O Sr/a considera o voto importante⁹(%):

		1974	1994	1996	2005
		Muito import.	Muito import.	Muito import.	Muito import.
Gênero	Masculino	47	80,9	66,9	68,5
	Feminino	41,8	75,6	62,6	71,4
Percepção de classe	Alta	-	78,8	-	-
	Média alta	57,9	80	-	69,2
	Média	45,5	-	-	69,4
	Média baixa	41,4	85,9	-	78,4
	Baixa	40,4	86,2	-	69,4
Interesse por política	Muito	-	98,2	94,9	87,5
	Pouco	-	83,4	66	73,7
	Não se interessa	-	61,9	50,6	49,7

Fonte: Nupésal/ UFRGS, 1968-2005

* O restante dos 100% respondentes diz respeito aos entrevistados que não votam.

** Porcentagem referente aos entrevistados que responderam não votar ou que afirmaram votar apenas porque são obrigados.

O cruzamento da questão relacionada com a questão da importância do voto pela variável gênero, permite observar que em 1974, um número maior de homens do que de mulheres considerou o voto muito importante (47% contra 41,8%, respectivamente). Ao longo dos 20 anos observados, a porcentagem de homens que consideram o voto importante foi superior ao de mulheres, invertendo a situação apenas no ano de 2001 (68,5% de homens para 71,4% de mulheres). Também é importante evidenciar que em ambos os grupos, apesar da queda em 1996, a quantidade de pessoas que consideram o voto importante aumentou significativamente (68,5% entre os homens e 71,4% das mulheres). No cruzamento da questão pela percepção de classe, no ano de 1974, um maior número de sujeitos das classes mais altas consideraram o voto muito importante, e esse percentual vai decrescendo de acordo com as classes, sendo as classes menos abastadas as que menos atribuem tal importância. No ano de 1994, percebeu-se elevadas porcentagens de pessoas que afirmavam que o voto é muito importante, em torno de 80%, sendo um pouco mais alto nas classes média baixa e baixa, chegando a 86,2% na última. Em 2005, houve um equilíbrio entre as diferentes percepções de classe nos cidadãos que afirmam que o voto é muito importante, girando em torno dos 69%. A classe que teve um percentual superior foi a média baixa, com 78,4% dos sujeitos respondendo dessa maneira.

No cruzamento da questão pela variável interesse por política, em 1994, os cidadãos que se interessaram por política foram o grupo que mais considerou o voto importante 98,2%, contra 83,4% dos que se interessam pouco e 61,9% dos que afirmam não ter interesse por política. Em 1996, nos três grupos (muito interesse, pouco interesse e não se interessam) a frequência daqueles que consideravam o voto importante diminuiu (94,9% dos indivíduos que se interessam muito por política, 66%, dos sujeitos que se interessam pouco e 50,6% dos entrevistados que não se interessam por política afirmaram que o voto é muito importante). No ano de 2005, essa tendência continuou, e desse modo, 87,5% das pessoas que manifestavam se interessar muito por política afirmavam que o voto era muito importante, contra 73,7% dos que se interessavam pouco e 49,7% dos indivíduos que não se interessavam. Ou seja, ao longo dos anos a percepção de que o voto é importante sofreu uma redução, mesmo no grupo que afirmou se interessar por política. Como observado, são as mulheres da classe média baixa que constituem o grupo que mais considera o voto importante.

Ainda em relação ao voto, a próxima tabela apresenta o cruzamento da questão: “Votaria se o voto não fosse obrigatório?” pelas variáveis: gênero, percepção de classe e interesse por política. A importância da utilização dessa questão baseia-se no interesse em avaliar mais densamente a predisposição do eleitorado em votar, mesmo que sem obrigatoriedade, característica que auxilia na compreensão da cultura política de uma localidade. Os dados estão expostos na tabela 4.

Tabela 4 -Votaria se o voto não fosse obrigatório?*		<i>1985</i>	<i>1996</i>	<i>1998</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2003</i>	<i>2005</i>
		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sexo	Masculino	67,5	61,6	58,3	69	53,2	54,1	71,8
	Feminino	62,8	57	60,1	61,3	49,1	53,4	69,7
Classe social	Média alta	83,9	-	100	81,8	66,7	66,7	76,9
	Média	-	-	70,6	70,6	49,4	57,1	70,6
	Média baixa	63,5	-	62,2	69,1	61,4	59,4	80,2
	Baixa	54,3	-	29,5	41,6	42,4	49	67,6
	Outra	100	-	66,7	100	-	43	-
	NS/NR	-	-	-	-	-	31	-
Interesse por política	Muito	84,1	94,9	91,7	96,4	-	88	88,6
	Pouco	70,2	63,9	74	71,3	-	57,5	73,8
	Não se interessa	50,8	35,9	35,8	42,9	-	31,8	48

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

* O restante dos 100% respondentes diz respeito aos entrevistados que não votam.

⁹ (1974, 2005: nenhum interesse validado como não é importante; mais ou menos interessado validado como “um pouco”)

No ano de 1985, mais homens do que mulheres disseram que votariam caso o voto não fosse obrigatório, (67,5%, contra 62,8 % que não votariam). Em 1996, esses percentuais sofreram uma pequena queda, pois 61,6% dos homens e 57% das mulheres responderam positivamente. Em 1998, as mulheres passam a afirmar em maior número, com pequena diferença, que votariam caso o voto fosse facultativo. No ano 2000, os homens voltam a afirmar em maior número que votariam caso não fosse obrigatório, e ambos os sexos apresentaram uma maior predisposição ao voto do que na pesquisa anterior. Em 2001, ambos os sexos sofreram uma queda na predisposição ao voto, e uma maior quantidade de homens mostrou-se disposta a votar mesmo sem a obrigatoriedade. Em 2003, essa predisposição ao voto teve um pequeno aumento, e foi bastante equilibrada entre os sexos, com 54,1% dos homens e 53,4% das mulheres. No ano de 2005, observou-se um significativo aumento na predisposição positiva ao voto, mesmo facultativo, em ambos os gêneros. (71,8% dos homens e 69,7% das mulheres).

O cruzamento da questão pelo pertencimento de classe social permitiu observar, em 1985, que as camadas mais abastadas da população apresentaram uma maior predisposição a votar. Em 1998, todos os entrevistados da classe média responderam positivamente. E novamente é perceptível uma maior predisposição ao voto de acordo com a “elevação” da classe social. Em 2000, houve uma elevação no percentual de cidadãos da classe baixa dispostos a votar. Em 2001 houve uma queda quase generalizada na predisposição ao voto, e a única classe que aumentou a porcentagem, em muito pequeno número, foi a classe baixa. Em 2003, não houve queda, e a proporção manteve-se estável na classe média alta, com 66,7% das pessoas desta classe afirmando que votariam mesmo que não fossem obrigadas. No ano de 2005, há um aumento considerável da predisposição ao voto nas diferentes classes sociais, com 76,9% da classe média alta, 70,6% da classe média, 80,2% da classe média baixa e 67,6% da classe pobre afirmando que votariam caso o voto não fosse obrigatório.

No cruzamento com a variável interesse por política, em 1985, 84,1% dos cidadãos muito interessados responderam que votariam mesmo que não fosse obrigatório, contra 70,2% dos que se interessam pouco e 50,8% dos sujeitos que não se interessam por política. Em 1996, houve um aumento no número de interessados por política que responderam “sim”, contrastando com a queda dos pouco interessados e dos que não se interessam que deram a mesma resposta. Em 1998, a maior variação se deu nos sujeitos que manifestavam pouco interesse por política, que em maior número responderam que votariam se não fosse obrigatório. Em 2000, a tendência manteve-se semelhante, com 96,4% dos cidadãos que se interessam muito pela política respondendo que votariam, mesmo não tendo

a obrigatoriedade, contra 71,3%, dos sujeitos que se interessam pouco e 42,9%, dos indivíduos que afirmaram não se interessar por política. No ano de 2003, houve uma queda nos percentuais de respostas positivas à questão nos três grupos. Em 2005, chama a atenção a elevação considerável no número de pessoas que se interessam pouco ou não se interessam por política dizendo que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Assim apesar da queda dos anos 1990 para as pesquisas realizadas nos anos de 2003 e 2005, de maneira geral, percebeu-se uma maior predisposição da população, homens e mulheres, em votar mesmo que não obrigados.

Adicionada à importância da avaliação do voto e a predisposição da população em votar, está a importância em caracterização em como esse voto se configura. Ou seja, é relevante observar as razões mais significativas que influenciam na escolha dos representantes por parte dos cidadãos. A tabela 5 apresenta esses dados.

Tabela 5- Razão para escolher um candidato/Personalismo (%):

	1968	1995	1996	1998	2000	2005
O partido	12,6	18,4	25,3	28,6	29,7	23,1
Outro *	8,1	-	-	5,2	10,2	8,1
O candidato	79,4	77,4	64	69,2	60,1	68,8
n	224	1010	300	248	509	506

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

* influência de pessoas próximas/ programa de governo.

Em termos gerais, os dados permitem concluir que, ao longo dos anos analisados, a porcentagem de respondentes que afirmaram escolher seu candidato de acordo com o partido aumentou, e a proporção de respondentes que afirmaram votar com base na pessoa do candidato decresceu, apesar de seu percentual ainda ser significativo (68,8%), indicando forte personalismo na escolha dos representantes. Na ciência política, o personalismo significa a predisposição dos cidadãos a apoiar líderes “fortes” para resolver os problemas, característica marcante da sociedade brasileira. E mesmo que não considerado um valor cultural, ele é assimilado pela cultura e naturalizado, gerando, no campo da política, uma cultura passiva, silenciosa e pouco participativa. É o que se denomina de fator histórico-estrutural (BAQUERO & PRÁ, 1995). Historicamente, o personalismo, juntamente com o atraso, a miséria, a fome, o clientelismo, e o patrimonialismo, possibilitou a subordinação política dos cidadãos a determinados candidatos em troca de favores do Estado que, em princípio e segundo o marco jurídico, deveriam estar disponíveis para todos. Não é, entretanto, o que ocorre. Via de regra, o comum é que o político aproprie-se de recursos públicos (patrimonialismo) para conseguir a

subordinação política, pois desse mecanismo depende sua reeleição – mas os que se subordinam obtêm, de maneira privilegiada, bens que deveriam ser de acesso público.

A análise do voto (predisposição a tal e a verificação de sua estruturação) permitiu uma investigação da dimensão formal da democracia, porém não suficiente. Assim os próximos dados apresentados abarcam outras formas de participação. De acordo com Myron Weiner (1971), a participação política pode ser operacionalizada através de várias atividades: (a) atos de apoio e cobrança sobre as elites governamentais; (b) ações bem-sucedidas que incidem sobre as decisões do governo; (c) atos socialmente aceitos; (d) através do conceito de representação; (e) tendo a alienação política como um parâmetro de análise para fazer a distinção entre sujeitos participativos e sujeitos não-participativos; (f) como uma variável contínua que varia de ações socialmente aceitas a ações que usam o expediente da violência; (g) esforços para influenciar ações burocráticas; (h) atividades nacionais, excluindo a participação política em nível local; (i) como um elemento que varia de acordo com o sistema político e/ ou com a época. Quando considerada uma perspectiva mais convencional, Verba e Nie (1972), definem este tipo de participação como sendo as iniciativas dos indivíduos de influenciar a escolha de funcionários do governo ou suas decisões. Joseph La Palombara (1978), por outro lado, incorpora as “atividades não-convencionais” a este conceito, considerando outras maneiras pelas quais os cidadãos podem participar e incidir na vida política de seu país.

Nesse sentido, o associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se pelo seu caráter, geralmente de voluntariado e sem fins lucrativos, onde os indivíduos despendem tempo por crerem que sua participação auxiliará como instrumento de promoção da satisfação das necessidades humanas. Assim, esse também é um indicador de eficácia política, caracterizando uma comunidade cívica.

Tabela 6-Participação em alguma forma de associação (institucional ou comunitária) (%) :

		1974		2000		2001		2003		2005	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Sexo	Masculino	32,7	67,3	24,8	75,2	15,7	78,6	9,7	90,3	18,1	81,9
	Feminino	33,5	66,5	20,8	79,2	21,7	73,2	9,5	90,5	13,8	86,2
Classe social	Alta	-	-	11,1	88,9	0	100	0	100	-	-
	Média alta	26,3	73,7	18,2	81,8	0	100	0	100	7,7	92,3
	Média	32,8	67,2	24,2	75,8	19	74,7	8,7	91,3	20,4	79,6
	Média baixa	35,7	64,3	24,1	75,9	25,2	72,2	15,1	84,9	15,5	84,5
	Baixa	29,8	70,2	16,7	83,3	14,4	78	8,4	91,6	11,4	88,6
	NS/NR	-	-	-	-	-	-	16,7	83,3	-	-
Interesse por política	Muito	-	-	32,7	67,3	-	-	17,4	82,6	24,4	75,6
	Pouco	-	-	24,1	75,9	-	-	9,5	90,5	10,5	89,5

Não se interessa	-	-	16,6	83,4	-	-	5,6	94,4	12,9	87,1
------------------	---	---	------	------	---	---	-----	------	------	------

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

Apesar de não termos dados para o período de 1974-2000, é importante destacar os resultados. Em 1974, o cruzamento da questão pela variável gênero apresentou resultados próximos quanto a participação em associações (32,7% dos homens e 33,5% das mulheres). No ano 2000, essa porcentagem apresentou queda, ficando em 24,8%, dos homens e 20,8%, das mulheres a número daqueles que responderam positivamente. Em 2001, os dados apresentaram um maior percentual de mulheres predispostas a participar em associações, 21,7%, enquanto 15,7% dos homens manifestaram a mesma opinião. Em 2003, houve uma queda substancial da participação em associações, tanto para homens quanto para mulheres. Em 2005, esses números voltaram a crescer, com os homens mostrando maior predisposição a esse tipo de participação (18,1% em comparação 13,8% das mulheres).

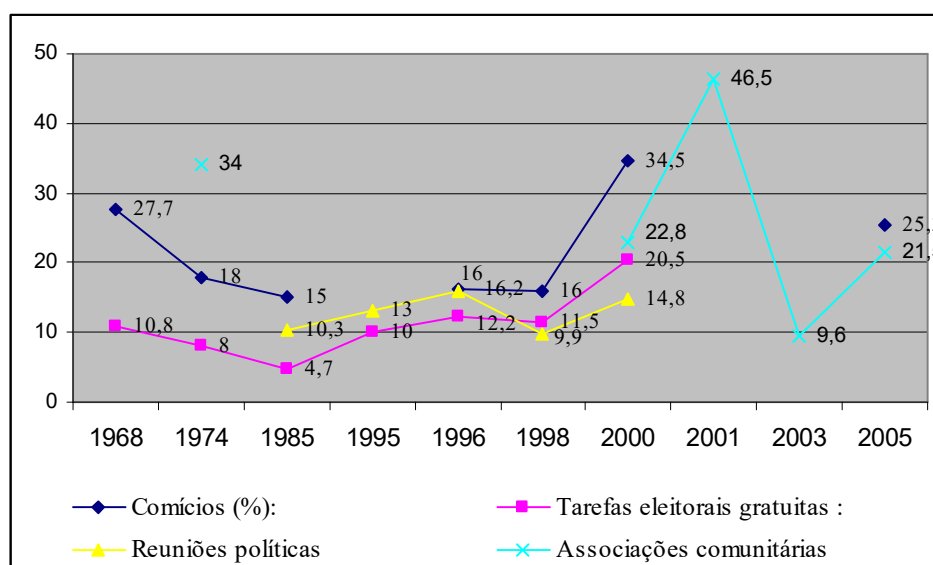
Em 1974, percebemos que as pessoas com maior predisposição positiva à participação em associações estão na classe média baixa (35,7%), seguido pela classe baixa (29,8%) e em ultimo lugar a classe média baixa alta (26,3%). Em 2000, novamente as classes média baixa e média responderam em maior porcentagem participar, ficando a classe baixa em ultimo lugar. Em relação a 1974, todas as classes apresentaram uma proporção menor de respostas afirmativas. Em 2001 houve maior participação nas classes média e média baixa, novamente, porém a participação diminuiu em todos os grupos. Em 2003, de forma geral, caíram os percentuais de pessoas participantes de associações. Em 2005, os percentuais crescem, mas o número de sujeitos que afirmaram participar de associações ainda é pequeno (a maior porcentagem verificou-se na classe média com 20,4%).

O cruzamento da participação em associações com o interesse por política apresenta em 2000 o maior percentual de participação entre os cidadãos que se interessam muito por assuntos relativos à política: 32,7%, em relação a 24,1%, dos que se interessam pouco e 16,6% dos que não se interessam. Em 2003, verifica-se uma considerável queda de participação em associações, nas três categorias. 17,4%, dos cidadãos que se interessam muito por política afirmaram participar de associações, contra 9,5%, dos que se interessam pouco e 5,6% dos que manifestaram não se interessar pela política. Em 2005, os percentuais de participação elevaram-se de forma geral, em todas as categorias. Resultando em 24,4% dos sujeitos com muito interesse por política afirmaram participar de associações; 10,5% dos pouco interessados e 12,9% dos não interessados deram a mesma resposta. Neste ano, chama a atenção

a maior proporção de participação das pessoas que não se interessam por política em relação às que se interessam pouco.

O gráfico a seguir tem o propósito de analisar, de forma mais pontual, algumas das dimensões relevantes para os padrões de participação política dos porto-alegrenses. Dessa forma, é possível observar o desenvolvimento da população na participação em comícios, tarefas eleitorais gratuitas, reuniões políticas e associações comunitárias, ocorridas nos últimos 40 anos.

Gráfico 1- Participação em atividades (% dos que responderam participar) (%):



Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1968-2005

Em relação à participação em comícios, houve uma queda de 1968 para 1974, de 27,7% para 18%, permanecendo esse percentual com alguma estabilidade em 1974, 1985, 1996 e 1998. Em 2000, este número subiu consideravelmente, para 34,5 % (somando-se, em 2000, os cidadãos que afirmam participar e os que afirmam participar às vezes, temos aproximadamente 55%), mas em 2005 essa porcentagem voltou a cair, ficando em 25,3%. A queda experimentada entre 1968 e 1974 pode ter sido influenciada pelo contexto repressivo, e pela bipolarização eleitoral, que na verdade representava em ambas as faces o mesmo modelo repressivo, ao menos quando se considera o MDB como uma oposição dentro do sistema político então vigente. Depois, houve regularidade nos percentuais e um aumento em 2000, dois anos antes da eleição de Lula, num contexto de forte crise econômica ocorrida no governo FHC. Este número sofreu nova queda em 2005, provavelmente gerada por alguma frustração com o governo federal, pelo menos por parte daqueles que possuem uma predisposição mais

partidária, com orientação ideológica. Sobre a participação eleitoral, percebeu-se que o percentual de pessoas que afirmam participar nessas atividades diminuiu durante os anos em que o Brasil esteve governado pelos militares. Com a volta da democracia, esta porcentagem apresentou crescimento, saindo de 4,7% em 1985 para 10% em 1995. Em 1996 e 1998, não percebe-se grandes variações. No ano de 2000 houve um crescimento, chegando a 20,5%, no contexto de crise do governo do PSDB e da viabilidade crescente da eleição de Lula, que viria a se concretizar em 2002. Outra atividade que exige tempo de execução e um envolvimento político sofisticado diz respeito ao comparecimento em reuniões políticas. A proporção de pessoas que compareceram a reuniões políticas nos últimos 20 anos vem aumentando. Porém, apesar desse aumento, a porcentagem de respondentes não é significativa. De maneira geral se pode concluir que nenhuma das formas de participação apresentadas possui um percentual elevado de participantes. No quesito referente a participação em associações comunitárias essa foi a variável mais instável, apresentando ao longo das pesquisas, apresentando variações de participação de 46,5% em 2001 a 9,6% em 2003.

Por ultimo, é imprescindível incluir no debate os conceitos de capital social e confiança, que estão intrinsecamente ligados, pois capital social refere-se às formas alternativas de fazer política na busca de objetivos comuns, através da confiança interpessoal e institucional, buscando, dessa maneira, organizar demandas junto ao governo. Newton (1999) afirma que confiança refere-se à dimensão que solidifica a coesão social necessária para o bom funcionamento das sociedades modernas, complexas e diferenciadas. Ela funciona como um elemento de ligação entre indivíduos que ficam crescentemente vulneráveis, em razão da complexidade do contexto social em que estão inseridos. Pela confiança, os sujeitos estabelecem suas relações dentro da sociedade, e podem orientar-se, ou não, a predisposições e valores que conduzam a um maior engajamento político, que permita obter respostas eficazes por parte do governo, fortalecendo assim a democracia não apenas no sentido institucional, quanto em termos de valores dos cidadãos. Os principais autores nessa linha de análise são: Coleman (1990), Putnam (1996) e Fukuyama (2000).

É importante o significado do capital social, enquanto uma possibilidade que não fere a democracia formal, e fortalece os laços comunitários dos sujeitos, de forma que possam, coletivamente, buscar soluções para os problemas que os afligem. Dessa maneira, fortalece-se a democracia na sua dimensão social, atribuindo maior legitimidade nas aplicações de políticas públicas, fato fundamental em contextos que apresentam uma (des)legitimação das novas democracias (PARGA, 2004) e falta de credibilidade dos políticos eleitos por meio do voto. De acordo com Verba (1969) a razão da

importância da análise sobre a confiança nas instituições ocorre porque a confiança é um indicador da reação da população a ações, disposições e performance dos governos. Em seguida, verificamos questões relacionadas à confiança inter-pessoal e institucional dos porto-alegrenses. A primeira tabela se refere à confiança no Governo Federal.

Tabela 7- Confia no Governo Federal (%) (dos que confiam):

		1995	1996	1998	2000	2001	2003	2005
Sexo	Masculino	22,5	12	17,5	4,7	7,7	28,8	10,7
	Feminino	16,3	16,1	13,9	5	7,8	20,2	10,1
Percepção de classe social	Alta	-	-	-	0	0	100	0
	Média alta	-	-	-	0	11,1	14,3	7,7
	Média	-	-	-	8	12	19,8	9,4
	Média baixa	-	-	-	3,9	8	27,4	11,4
	Baixa	-	-	-	3,8	3,5	26,6	11
Interesse por Política	Muito	20,8	10,3	13,5	8	-	38,3	10,2
	Pouco	22,5	13,5	15,2	4,6	-	22,7	10,4
	Nenhum	14,8	16,9	15,5	3,3	-	17,3	10,3

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

No ano de 1995 menos de ¼ dos entrevistados afirmou confiar no governo Federal, sendo 22,5 % dos homens e 16,3 %, das mulheres. Em 1996, a porcentagem de homens que afirmou confiar no Governo Federal caiu 10 pontos, enquanto que no grupo feminino a proporção de confiantes permaneceu equivalente (16,1%). Já em 1998, os respondentes do sexo masculino que confiam no Governo Federal aumentaram para 17,5%, em contraposição às mulheres, que diminuíram para 13,9%. O ano de 2000 merece um comentário aparte, uma vez que foi nessa pesquisa que encontramos as menores porcentagens de confiabilidade (4,7% dos homens e 5% das mulheres). Em 2001, verifica-se um pequeno aumento no número de confiantes, porém é em 2003 que essa variável atinge seu ponto mais alto em ambos os grupos, com 28,8% dos homens e 20,2% das mulheres respondendo positivamente a esta questão. Possivelmente, esse percentual deve-se à eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que de acordo com Antonio Canelas Rubim (2004) teve sua campanha estruturada com foco na sua pessoa, ou seja, deixando a questão partidária num plano menos elevado.

Com relação à percepção de classe social, em 2000 o número de respondentes que confiam no Governo Federal foi mais elevado na classe média, chegando na classe baixa com uma porcentagem de confiabilidade de 3,8%. Em 2001, os percentuais mais elevados estavam na classe média (12%) e média alta (11,1%), e novamente a classe baixa foi a que teve a menor proporção de respondentes confiantes (3,5%). Similar à análise anterior, o ano de 2003 foi o que apresentou os maiores índices de confiança no Governo Federal. Nesse ano, a frequência de confiança foi inversa à das pesquisas

anteriores, ou seja, quanto mais baixa a percepção de classe do indivíduo, mais elevada era sua confiança no governo, tendo seu ponto mais elevado na classe média baixa, com 27,4%. Novamente, é possível atribuir esse fato à eleição de Lula, devido a sua origem humilde, causando assim uma maior identificação dos mais pobres com ele. Em 2005, observa-se uma queda substancial nessas porcentagens, fato explicado pelos inúmeros casos de corrupção que assolaram o país durante nesse ano.

No que diz respeito ao interesse por política e à confiança no Governo Federal, verificou-se em 1995 que os mais confiantes no governo Federal pertenciam ao grupo que se interessa por política, enquanto que na pesquisa subsequente o grupo que informou não se interessar por política foi o mais confiante com 16,9%. Em 1996, a frequência de confiabilidade aumentou conforme diminuía o interesse pelo assunto. Em 2000, principalmente entre aqueles que apresentavam pouco ou nenhum interesse, essa porcentagem sofreu uma redução significativa, ficando em 8% do grupo muito interessado, 4,6% no dos pouco interessados e 3,3% no dos nada interessados. Os percentuais mais altos de confiança, novamente, ocorreram no ano de 2003. Em 2005 esses números reduzem-se, ficando em torno de 10% em todos os grupos de interesse. A seguir, são apresentados os dados referentes à confiança no Governo Estadual.

Tabela 8- Confiança no Governo Estadual(%) (dos que confiam):

		1998	2000	2001	2005
Sexo	Masculino	21,4	21,5	29	11,7
	Feminino	19,7	17,6	19,9	10,2
	Alta		22,2	0	0
	Média alta		18,2	37,5	7,7
	Média		20,2	23,4	12,9
Percepção de classe social	Média baixa		23,4	29,8	9,6
	Baixa		6,5	17,2	10,5
	Muito	16,2	44,2		10,6
Interesse por Política	Pouco	17	17,3		
	Nenhum	23,8	8,5		11,8

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1968-2005

Cruzando-se a pergunta *confia no Governo Estadual* com a variável referente a gênero dos entrevistados nos anos de 1998, 2000, 2001 e 2005, evidencia-se que em todos os anos os homens responderam ter uma maior confiança no governo Estadual do que as mulheres. De uma maneira geral, o grau de confiança que vinha aumentando até 2001, cair bruscamente em 2005. O cruzamento da questão pela percepção de classe dos entrevistados em 2000, 2001 e 2005, também decresceu. De 2000

para 2001 houve um aumento da confiança em todas as classes. De 2001 para de 2005 houve uma queda generalizada e significativa de participação em todas as classes. Relacionando a mesma pergunta com o interesse por política dos entrevistados nos anos de 1998, 2000 e 2005, fica claro que as pessoas que se interessam mais por política confiam mais no Governo Estadual. De 1998 a 2000, a porcentagem de pessoas que confiavam no Governo Estadual permaneceu igual, até decair significativamente em 2005, exceto com as pessoas que responderam que não possuem interesse por assuntos políticos, as quais passaram a demonstrar menor confiança de 2000 a 2005. Na tabela 9 apresentamos os dados referentes ao Governo Municipal.

Tabela 9- Confiança no Governo Municipal (%) (dos que confiam):

		1995	1998	2000	2001	2005
Sexo	Masculino	40,6	31,2	27,6	36,4	11,8
	Feminino	30,3	45,5	22,5	36,1	11,8
	Alta			44,5	0	
	Média alta			27,3	77,8	7,7
	Média			28,5	39	13,6
Percepção de classe social	Média baixa			27,2	41,6	11,6
	Baixa			10,1	25,7	10,2
	Muito	55,8	54,1	47,7		10,7
Interesse por Política	Pouco	40,8	40,6	25,8		14,5
	Nenhum	24,7	32,7	12,7		11,9

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

O primeiro cruzamento (confiança no Governo Municipal x gênero) apresentou um declínio de confiança no sexo masculino, enquanto que entre as mulheres essa porcentagem cresceu 15 pontos de 1995 para 1998. Em 2000, em ambos os sexos, a frequência de confiança caiu. Já no ano de observa-se um aumento expressivo em ambos os grupos, que apresentaram porcentagens equivalentes (36,4% dos homens e 36,1% das mulheres). Porém, em 2005 esse percentual diminuiu para 11,8% em ambos os sexos. Ainda se vinculou essa pergunta à classe social do entrevistado, percebendo-se a ocorrência de uma maior confiança no ano de 2000 dentre os cidadãos da classe alta, com 44,5%, e decrescendo conforme a classe social do entrevistado, chegando a 10,1% na classe baixa. Essa confiança experimentou um aumento em todas as classes entre 2000 e 2001, e uma redução expressiva em 2005. No cruzamento dessa questão com a variável de interesse por política, observou-se uma redução constante nos dados de pesquisa para pesquisa com o passar dos anos, principalmente dentre aqueles que afirmaram se interessar pela política.

Seguindo os objetivos desse trabalho também é importante apresentar os cruzamentos relativos à confiança nos partidos políticos.

Tabela 10- Confiança nos Partidos Políticos (%) (dos que confiam):

		1998	2000	2001	2003	2005
Sexo	Masculino	13,4	9,4	8,4	6,7	6,7
	Feminino	7,9	5,1	4,2	4,4	5,1
Percepção de classe social	Alta		20	0	0	
	Média alta		18,2	0	0	7,7
	Média		5,9	11,7	3,3	5,5
	Média baixa		7,9	4,5	6,9	3,2
	Baixa		3,9	2,7	6,5	6,8
Interesse por Política	Muito	10,8	14,7		8,4	5,59
	Pouco	11,5	6,7		5	6,5
	Nenhum	8,8	3,9		3,8	5,8

Fonte: Nupesal/ UFRGS, 1968-2005

O cruzamento desta pergunta pela variável gênero permitiu observar nos anos de 1998 a 2005 uma queda significativa e constante em ambos os grupos, principalmente dentre os homens, onde a frequência passou de 13,4% em 1998 para 6,7% em 2005. É relevante ressaltar, também, que a porcentagem de homens que respondeu “sim” foi superior à de mulheres em todas as pesquisas. O segundo cruzamento (confiança nos partidos políticos x percepção de classe social) nos anos de 2000, 2001, 2003 e 2005 apresentou uma diminuição em todos os grupos, exceto na classe baixa, que se tornara mais confiante nos partidos. No terceiro cruzamento (confiança nos partidos x interesse por política), nos anos de 1998 a 2005, observou-se que dentre os interessados e poucos interessados por política a proporção de confiantes diminuiu. De maneira inversa, apenas o grupo de cidadãos que não se interessam apresentou maior índice de credibilidade no ano de 2005.

Conforme os dados apresentados, existe um baixo estoque de confiança por parte dos cidadãos para com suas instituições políticas. Como afirmam Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira (2001), essa baixa credibilidade está associada diretamente aos escândalos que marcam a política brasileira. Nas palavras dos autores: “A política nacional está vivendo uma crise peculiar com esses escândalos presentes em várias esferas da administração pública” (CHAIA e TEIXEIRA, 2001). Crises e escândalos na sua maioria relacionados à corrupção, que como afirmam os dados do Dossiê da Fundação Konrad-Adenauer (2000:7): “Solapa a democracia, a confiança no Estado, a legitimidade dos governos, a moral pública. A experiência demonstra: a corrupção pode debilitar toda uma sociedade”.

Finalmente, se analisa confiança interpessoal. A importância desse estudo provém das palavras de Putnam (1996), que considera a confiança interpessoal como um dos principais valores culturais associados ao comportamento político, e quanto mais elevada sua presença, maior a existência de uma predisposição da população em participar de ações associativas, indicando um envolvimento cívico mais engajado. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 11- Pode-se confiar nas pessoas (%)(dos que confiam)?

		2000	2001	2003	2005
Sexo	Masculino	41,3	29,1	36,1	34,2
	Feminino	32,8	27,1	30,1	31,7
Classe social	Média alta	63,6	25	50	50
	Média	35,8	32	29,8	33,1
	Média baixa	37,9	28,1	35,2	30,9
	Baixa	28,2	28,8	32,8	33,2
Interesse por política	Muito	54,5	-	44,8	45,8
	Pouco	32,3	-	29,5	33,1
	Não se interessa	32,4	-	28,8	19,3

Fonte: Nuposal/ UFRGS, 1968-2005

Observou se, na tabela 10, que em todas as pesquisas mais homens do que mulheres afirmavam que se pode confiar nas pessoas, porém ao passar dos anos se percebe uma maior equivalência nos resultados entre os grupos. Em 2001, em ambos grupos verificou-se uma queda na confiança interpessoal, resultando em 29,1% dos homens e 27,1% das mulheres afirmando confiar nas pessoas. Em 2003, estes percentuais aumentam (36,1% dos homens e 30,1% das mulheres), porém em 2005 o percentual de confiança masculino sofre uma pequena queda ficando em 34,2%, enquanto que o percentual feminino de confiança aumenta para 31,7%. Em relação às classes sociais, em 2000, o grupo com uma porcentagem de confiança mais elevada foi a classe média alta, com 63,6%, e a classe mais desconfiada foi a baixa com 28,2%. Na pesquisa subsequente, observou-se uma inversão nos dados, ficando a classe mais alta com o menor percentual. A maior proporção de confiança está presente na classe média, seguida pelas classes média baixa e baixa, que apresentaram porcentagens semelhantes. O ano de 2003 apresentou o maior número de respondentes que afirmam confiar nas pessoas localizado na classe média alta, seguida pela classe média baixa e pela classe baixa. Em 2005, mantém-se a tendência, em linhas gerais: 33,1% da classe média, 30,9% da classe média baixa e 33,2% da classe baixa.

Sobre o cruzamento com o interesse por política, em 2000, as pessoas com muito interesse por política manifestaram maior confiança interpessoal, 54,5%, contra 32,3% das pessoas que se interessam pouco e 32,4% das pessoas que não se interessam. Em 2003, percebe-se uma queda no percentual de que confiam nas pessoas nos três grupos: muito, pouco e nada interessados. No ano de 2005, observou-se um pequeno aumento no número de entrevistados que confiam nas pessoas na categoria dos muito interessados, na classe de interesse intermediário percebeu-se um aumento mais significativo, mas, ainda assim, pequeno. Já na classe de respondentes que não se interessam por política observou-se uma queda significativa de 28,8% em 2003 para 19,3% em 2005.

Conclusão:

Os dados apresentados nesse trabalho permitiram esclarecer a relação entre os cidadãos da cidade de Porto Alegre e suas instituições (em âmbito municipal, estadual, federal e dos partidos políticos), respeitando o pressuposto colocado na introdução de que tanto as instituições políticas quanto a dimensão atitudinal dos cidadãos são essenciais para o estabelecimento, fortalecimento e manutenção do sistema democrático. As tabelas e o gráfico apresentados levaram em consideração não somente a dimensão atitudinal dos entrevistados, mas também as dimensões avaliativa e comportamental, principalmente em relação ao voto.

As instituições políticas cumprem papel essencial em qualquer regime democrático, possuindo duas funções complementares: distribuição de poder político com vista à tomada de decisões coletivas através da participação dos cidadãos, e a administração e promoção dos serviços públicos, de acordo com as demandas da população. Nesse quesito, observou-se que com o passar dos anos a avaliação de alguns dos principais serviços públicos, como saúde, habitação e abastecimento de água, diminuiu significativa e constantemente. Entretanto, essa informação precisa ser complementada com dados que avaliem o interesse da população por assuntos referentes à dimensão política. Sendo a participação da população nas instituições é relevante, pois um regime democrático somente pode estabelecer-se plenamente se houver uma cultura política cidadã que o reconheça e o fortifique, principalmente por meio da credibilidade e da participação nas instituições. E no caso da cidade em estudo, esse não foi o resultado observado, apesar do aumento no número de cidadãos interessados em assuntos políticos. Essa constatação associa-se aos dados referentes à participação em associações, sejam elas institucionais ou comunitárias, que contam a cada ano com menos participantes (tabela 6).

Em relação aos dados sobre interesse por política, que aumentou expressivamente com o passar dos anos, se pode argumentar que a avaliação dos cidadãos está se tornando cada vez mais crítica. Informação que encontra subsídio nos cruzamentos realizados, uma vez que esse dado levanta a discussão da possível associação entre interesse por política, voto e participação. Em relação ao voto, esse aspecto perdeu sua importância entre todas as classes sociais e igualmente entre homens e mulheres. Já no que tange à forma que esse voto se estrutura, ainda se percebe, apesar da verificação de uma queda, que o voto do porto-alegrense é personalista, ou seja, leva-se mais em consideração a pessoa do candidato em detrimento de seu partido ou programa de governo.

Dessa forma, os dados conferiram a incongruência entre a dimensão formal e social da democracia, pois por mais institucionalizada que o sistema democrático esteja em nossa sociedade, ele não encontra respaldo na esfera social. Isso ocorre pelo fato de os cidadãos não a perceberem como um sistema capaz de promover mudanças para o bem-estar social, afastando-se, assim, de suas esferas. Pode-se afirmar que, apesar da importante contribuição das instituições no sistema democrático, apenas a sua presença não é suficiente. Ou seja, é necessária a existência de um respaldo substantivo por parte da população para que elas trabalhem de maneira efetiva. É somente por meio da adesão e com o aumento da credibilidade nessas instituições por parte dos cidadãos que é possível consolidar determinadas esferas institucionais. Esferas que, quando não possuem suporte por parte da população, não funcionam de maneira eficaz, configurando, dessa forma, uma dimensão procedimental sem correspondência com a realidade do cotidiano dos sujeitos. Isto significa, nas palavras de Peter Evans (2003), que se está vivendo sob o surgimento da "Monocultura Institucional", ou seja, sob imposição de versões idealizadas de instituições políticas cuja aplicabilidade transcende as culturas. Essas versões idealizadas servem de instrumentos para o desenvolvimento de ideais, independente da cultura política da população. Tal argumentação encontra correspondência nos dados observados, as instituições da localidade em estudo não adquirem respaldo ou promovem uma base sólida para o desenvolvimento da qualidade de vida dos seus cidadãos apenas por si próprias. Assim sendo, "as instituições dependem de expectativas mutuamente compartilhadas, não só de pessoas envolvidas imediatamente nelas, mas de outras que lidam com elas" (cf. Bardhan apud Evans, 2003). De fato, a implementação dessas instituições não tem funcionado de maneira eficaz para a promoção de uma melhora da qualidade de vida dos cidadãos de Porto Alegre (como foi evidenciado na tabela 1).

Assim, a conclusão desse trabalho vai ao encontro das palavras de Baquero (2000), que salienta que, na América Latina, a democracia em sua dimensão social não vem conseguindo corresponder às

expectativas dos cidadãos da região. Além disso, o papel fundamental dos partidos, de canalizar demandas perante o Estado, também está enfraquecendo devido à desconfiança nesses, reforçada pela queda na qualidade de vida. Neste contexto, os partidos sofrem um desgaste significativo perante a opinião pública, dificultando uma solidificação democrática substancial. Estas organizações perdem a capacidade de formulação de programas consistentes, que dêem uma resposta eficaz na resolução dos problemas que afligem a população. Esse contexto leva os cidadãos a duvidarem da capacidade dos partidos, não internalizando, assim, valores democráticos de confiança nas instituições e na capacidade de resposta dos governos.

Referencias Bibliográficas:

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAQUERO, M. & PRÁ J. R.. Matriz histórico-estrutural da cultura política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política. *Cadernos de Ciência Política. Série pré-edições*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, N.3. 1995

BAQUERO, M., PRÁ, J. R. *A Democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello. A (des)institucionalização da desigualdade: capital social, empoderamento e democracia na América Latina. *Relatório de pesquisa- Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile*. Porto Alegre, 2006

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BAQUERO, Marcello. Construindo Uma Outra Sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participante no Brasil. *Revista de Sociologia e Política* Nº 21: 83-108, novembro de 2003.

BAQUERO, Marcello. Globalização e democracia inercial: o que o Capital Social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: CREMONESE, Dejalma, BAQUERO, Marcello (Org.). *Capital Social: Teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: *Revista Opinião Publica* v.11 no.1, Campinas, março de 2005

CHANG, Ha-Jonn. Understanding the Relationship between Institutions and Economic Development- Some Key Theoretical Issues. In: TEIXEIRA, Erly Cardoso (Org.); BRAGA, Marcelo José (Org.). *Instituições e Desenvolvimento Econômico*. v. 1. 350 p. Viçosa: UFV, 2007. p. 03-23.

COLEMAN, J. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.

DAHL, Robert. *Polyarchy*. participation and opposition. New Haven Yale University Press, 1971.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas : Autores Associados, 1995. 171 p.

ESTLUND, David. *Democracy*. Published by Blackwell Publishing, 2002.

EVANS, Peter. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. *Sociologias* n°9. Porto Alegre, Janeiro/Junho de 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100003&nrm=iso&tlng=pt

FUKUYAMA, Francis. Social Capital. In: HARRISON, L., HUNTINGTON, S. *Culture Matters: how values shape human progress*. New York: Basic Books, 2000.

Fundação Konrad Adenauer, *Os custos da corrupção* Vol. 10 ano 2000 (p. 20)

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, 82(4):1203-29, 1988.

LA PALOMBARA, Joseph. Political participation as an analytical concept in comparative politics. In: VERBA, Sidney, PYE, Lucien (Eds.). *The citizen and politics: a comparative perspective*. Stanford, Conn. Greylock, 1978.

MATTOS, O. *As formas modernas do atraso*. Folha de S. Paulo, Primeiro Caderno, 27 de setembro, 1998. p. 3.

MINAYO, M. C. de S., HARTZ, Z. M. de A. e BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol.5, no.1. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

MINAYO, M. C. S. Editorial- qualidade de vida e saúde. *Revista ciência e saúde coletiva* vol. 5, n.1, 2000.

NEWTON, K. Social and political trust in established democracies. In: NORRIS, P. *Critical*, 1999.

O'DONNELL, G. Delegative Democracy. *Journal of democracy*, Baltimore, v.5, n.1, p. 55-59, Jan. 1994.

PORTO ALEGRE. *Site oficial da Prefeitura da cidade*: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=36

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RUBIM, A. A. CANELAS e COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. In: *Dia-Logos de la Comunicación*, Lima, n. 69, p. 74-87, 2004.

SANTOS, Boaventura de S. e AVRITZER, Leonardo. Introdução apara ampliar o cânone democrático. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf> (ano)

SARTORI, Giovanni. *Qué es la democracria?* Editora Taurus, 1987.

TEIXEIRA, Erly Cardoso; BRAGA, Marcelo José (Orgs.). *Instituições e Desenvolvimento Econômico*. v. 1. 350 p. Viçosa: UFV, 2007.

TEIXEIRA, Marco A. e CHAIA, Vera. Democracia e escândalos políticos. *São Paulo em Perspectiva*, v.15 n.4 São Paulo, out./dez. de 2001.

VERBA, Sidney, NIE, H. Norman. Participation in America political democracy and social equality. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, Sidney. Conclusion: Comparative Political Culture. In: PYE, L.; VERBA, S. *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1969. p. 512-560.

WEINER, Myron. Political participation: crisis of the political process. In: BINDER, Leonard et al. (Eds.). *Crisis and sequences in political development*. New Jersey: Princeton University Press, 1971.